



Ana Maria Jacó-Vilela  
Heliana Conde Rodrigues  
Judith Zuquim  
Maria Helena Souza Patto  
Marina Massimi

**USP**  
Instituto de Psicologia

**FAPESP**

I SEMINÁRIO DE HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
HISTORAR A PSICOLOGIA: assumindo uma perspectiva e um lugar de observação <b>Marina Massimi</b> .....	11
CONSTRUINDO A HISTÓRIA DA PSICOLOGIA NO BRASIL: abordagens e modelos <b>Ana Maria Jacó-Vilela</b> .....	33
CONSTRUINDO A HISTÓRIA DO INSTITUCIONALISMO NO BRASIL: linhas, modelos e ação <b>Heliana Conde Rodrigues</b> .....	49
PARA ESCREVER UMA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: contribuição a partir de uma experiência <b>Maria Helena Souza Patto</b> .....	81
O MAL-ESTAR DA PSICOLOGIA NA HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS <b>Judith Zuquim</b> .....	97

# Apresentação

O conjunto de textos aqui reunidos resultou do I Seminário de Historiografia da Psicologia, realizado em 1999 pelo Grupo de Estudos de História da Psicologia Aplicada à Infância (GEHPAI).<sup>1</sup> O objetivo foi pôr em discussão modelos historiográficos para uma história da psicologia tendo em vista a especificidade da construção histórica desse corpo de conhecimentos e práticas presentes na sociedade brasileira, de modo a produzir um contraponto a uma tendência presente na historiografia da psicologia no Brasil que considera acriticamente teorias e procedimentos da psicologia como “universais”. Foi essa, portanto, a intenção da organização do evento, ao convidar para o debate pesquisadores representativos de intervenções bastante diversas no campo da história da psicologia no Brasil.

Os primeiros sinais de constituição da história da psicologia como um campo autônomo de pesquisa indicam, ao contrário do que se poderia supor, a necessidade de realizar um recuo crítico, e não apenas festejar “tudo o que já se sabe” sobre a história dessa ciência no Brasil. Não se está mais somente diante da história “de tesoura e cola”, conforme expressão de Collingwood<sup>2</sup>, nem da celebração ingênua, nem mesmo da exclusiva reverência à memória de um grupo de profissionais abnegados. Não se pode negar, entretanto, que a expansão do campo ressaltou certas nuances, deixando de caracterizar um território homogêneo e unidirecional.

São várias as formas de escrever a história. Eleger uma delas não é mera questão de gosto pessoal ou expressão de

determinadas habilidades técnicas ou metodológicas, mas revelação do lugar do pesquisador no campo da psicologia, ele próprio heterogêneo e estruturante da diversidade de concepções de ciência, história, homem e sociedade que permeiam qualquer historiografia, e, em particular, a historiografia da psicologia.

A historiografia da psicologia no Brasil vem se constituindo, portanto, a partir das discontinuidades existentes no próprio campo da psicologia. É assim que pesquisadores fincados em diferentes territórios teóricos fazem histórias da psicologia que em nada podem ser consideradas “complementares”, o que leva a uma aparentemente infinita sobreposição de campos estrelados, cujas pontas parecem se distanciar cada vez mais. É necessário, entretanto, buscar fronteiras nessa topografia, uma vez que a “pluralidade” (termo que menospreza as divergências teóricas em nome da harmonização do campo) não é apenas de caráter metodológico: o lugar do pesquisador no campo da psicologia é desdobramento do lugar que determinadas concepções põem a própria Psicologia no mundo da ciência para esse pesquisador que se volta para a história, nesse caso, a história do Brasil.

É assim que a história de psicologia pode ser construída a partir de diferentes territórios, que aqui consideraremos isoladamente, como recurso expositivo que enfatiza concepções não complementares de história e de ciência: 1. Como uma linha evolutiva do tempo, na qual teorias “primitivas” são substituídas por teorias mais precisas e elaboradas – neste caso, a psicologia é vista como resultado do progresso e do aperfeiçoamento de campos teóricos cada vez mais avançados e seu

futuro como um contínuo progresso científico; 2. Como uma linha do tempo em rizoma, na qual se dá o desenvolvimento e a legitimação dos diversos campos de atuação da psicologia – aqui a palavra-chave é a profissionalização, e o futuro da psicologia consiste na ampliação de seus setores de atuação, numa visão da ciência como “especialização”; 3. Como parte específica da história da cultura (a história intelectual), enfatizando-se seu papel como ciência normativa, ou seja, que estabelece padrões de normalidade na sociedade a partir de sua difusão – aqui a psicologia não é restrita aos meios científicos tradicionais, mas procura-se entender o processo pelo qual ela tornou-se disseminada nos vários meios de comunicação; 4. Como história de várias linhas do tempo que operam simultaneamente uma multiplicidade de paradigmas em oposição (há quem diga que tal configuração é resultado da ausência de paradigmas), em constante conflito por legitimidade – e aqui o futuro da psicologia tende a menosprezar o lado opositor, reduzir o seu impacto no futuro (assim como o reduz no passado); 5. A história da psicologia como uma ciência que surgiu das necessidades de uma nova fase do capitalismo, na qual a subjetividade adquiriu um novo *status* – neste caso a história da psicologia vem ligada a novas formas de organização social e o que marca seu futuro é a incerteza que rege a pos-modernidade.

Assim, pôr em debate a historiografia da psicologia significa pensar a constituição desse campo também como estruturante da própria psicologia, pois ela é espelho de dupla face: de um lado absorve imagens que construiu para si ao longo de sua história (por meio de seus diversos territórios historiográficos); de outro, projeta imagens de uma psicologia

no futuro. Estamos, portanto, entre o passado e o futuro da psicologia. As imagens dessa psicologia no futuro dependem diretamente de como este espelho que chamamos psicologia hoje absorve as imagens construídas no passado. Esse espelho de dupla face, deixemos claro, faz suas angulações a partir de concepções específicas e inevitáveis de história, de ciência e de psicologia, cada uma trazendo conseqüências para a psicologia que se quer no futuro. Dizendo de outro modo, ao promover a discussão em torno de modelos historiográficos para a escrita da história da ciência psicológica, acaba-se propondo questões que se distanciam da exclusiva discussão de método e que se dirigem à própria “razão de ser” da psicologia, nas dimensões indissociáveis de seu passado, presente e futuro.

Nesse primeiro Seminário, esta tarefa apenas teve início. Mas os textos que agora reunimos são prova de que, quando se trata da diversidade de enfoques historiográficos, diferentes caminhos não levam a psicologia ao mesmo lugar.

*Judith Zuquim*

*Maria Helena Souza Patto*

## Notas

- <sup>1</sup> O GEHPAI é vinculado ao Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da USP.
- <sup>2</sup> Collingwood, R.G. *A idéia de história*. Lisboa, Editorial Presença, 1981.



# PARA ESCREVER UMA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA: contribuição a partir de uma experiência<sup>1</sup>

**Maria Helena Souza Patto**

## **1. A título de introdução**

Há quase vinte anos dedico-me à crítica da psicologia científica. Num primeiro momento, a busca das origens das teorias e práticas que informam a ação dos psicólogos, especialmente junto aos sistemas de ensino, levou-me à sua constituição na Europa e nos Estados Unidos no século XIX e no começo do século XX, atenta ao lugar por ela ocupado nas relações das classes na “era do triunfo burguês”, para usar uma expressão de Hobsbawm<sup>2</sup>, e do neocolonialismo<sup>3</sup>. A continuação desse projeto pediu a investigação da apropriação da psicologia aqui, ou seja, no contexto específico de nossa história econômica e social<sup>4</sup>, análise que venho aprofundando em pesquisa recente, na qual a busca das origens da ação predominante dos psicólogos junto a crianças das classes populares levou à Primeira República e ao Estado Novo, períodos da história brasileira que despontam na pesquisa bibliográfica e documental como momentos decisivos na constituição da psicologia em nosso meio<sup>5</sup>. Tudo isso pensado a partir de indagações trazidas por uma realidade inquietante: a modalidade hegemônica da ação dos psicólogos junto à rede escolar públi-

ca elementar, seja no interior das unidades escolares, seja em órgãos de planejamento do ensino, seja em instituições públicas ou privadas que recebem um enorme contingente de alunos encaminhados a especialistas por supostos "problemas de aprendizagem e de ajustamento escolar". Uma ação que visivelmente classifica, colabora com a pedagogia da exclusão e justifica as desigualdades sociais. Dizendo de outro modo, o objeto da pesquisa é investigar a ciência como ideologia, como exercício de poder, como dimensão da vida política numa sociedade marcada pelo antagonismo das classes. O olhar que perscruta as idéias como parte da política é, como qualquer olhar, interpretativo: a chave teórica desta escrita da história da psicologia é uma versão do materialismo histórico. Ingressar numa perspectiva que inverte a tese hegeliana do primado das idéias na realização da história significa assumir duas perspectivas fundamentais da concepção marxista de história e de como escrevê-la: primeiro, que é a realidade historicamente construída que configura as idéias, e não o inverso; segundo, que estuda-se o passado para entender criticamente o presente e pensar criticamente o futuro. Detenhamo-nos um pouco em cada um desses aspectos.

## **2. O fundamento teórico**

Para entender o sentido das idéias e sua função social não se pode perder de vista a realidade concreta, ou seja, as relações de produção dominantes e os dispositivos culturais que administram as tensões que lhes são inerentes no modo de produção industrial capitalista. Ou seja, trata-se de um lu-



gar teórico no qual a história das idéias não prescinde de referência ao universo dos conflitos manifestos ou latentes presentes no interior de relações de produção que se configuram a cada momento da história; não se pode entender os discursos, sejam eles científicos ou não, fora da história econômica, social, política e cultural, pois eles são parte dessa história. A esse respeito, J. de S. Martins resume muito bem a essência da visão materialista histórica quando diz que o homem não produz apenas objetos; ao mesmo tempo que produz objetos, ele produz relações sociais e produz *idéias* a respeito dessas relações<sup>6</sup>. Nesse marco teórico tem relevância o conceito de *ideologia*, que se refere a idéias que, pelo efeito das lacunas que contêm, encobrem a realidade do conflito de classes e apresenta a realidade humana e social no registro naturalista da sociedade como organismo harmônico que pode adoecer, isto é, passar por crises que podem, contudo, ser sanadas pela ação reparadora da ciência, que através de suas técnicas garante ou restabelece o equilíbrio social. Seguindo de perto *A ideologia alemã*<sup>7</sup>, Marilena Chauí refere-se a teorias que se apresentam como explicação da realidade e de suas transformações quando, na verdade, não passam de “transposição involuntária para o plano das idéias de relações sociais muito determinadas.” No entanto, ela diz, “quando o teórico elabora sua teoria, evidentemente não pensa estar realizando essa transposição, mas julga estar produzindo idéias verdadeiras que nada devem à existência histórica e social do pensador”. Este é um dos traços fundamentais das idéias ideológicas: elas “consistem, justamente, em tomar as idéias como independentes da realidade histórica e social, de modo a fazer com que as idéias expliquem aquela realidade, quando na verdade é essa

realidade que torna compreensíveis as idéias elaboradas".<sup>8</sup>

O trabalho específico do discurso ideológico, diz Chaui, é realizar a lógica do poder, fazendo com que as divisões e as desigualdades apareçam como simples diversidade das condições de cada um, e a multiplicidade de instituições, não como diversidade conflituosa, mas como conjunto complementar e harmonioso funcionalmente entrelaçado, o que abre espaço à idéia de interesses universais, impossível se houver reconhecimento da divisão efetiva da sociedade em classes. "Se tal divisão fosse reconhecida, teria de assumir-se a si mesmo como *representante de uma das classes da sociedade*."<sup>9</sup> É exatamente a ausência desse reconhecimento que faz do discurso ideológico um discurso lacunar, baseado no que Chaui denomina "lógica do branco". O discurso ideológico se sustenta "porque não pode dizer até o fim aquilo que pretende dizer. Se o disser, se preencher as lacunas, ele se autodestrói como ideologia". Sua força, portanto, vem exatamente de sua lógica lacunar.<sup>10</sup>

Ao pensar as relações entre as dimensões econômica e cultural sob o capitalismo, Gramsci contribui, por meio do conceito de hegemonia, para a compreensão do papel político das idéias dominantes. A classe que detém o poder econômico, diz ele, só pode dominar e permanecer no poder se obtiver consentimento. Isso é obtido com a imposição às classes subalternas de uma visão de mundo que, aceita e assimilada, constituirá o senso comum. Essa visão imposta é a visão de uma classe, disseminada como se fosse uma concepção universal, objetiva e neutra. É pela dominação das consciências que se estabilizam as relações de dominação, que se reproduz um

certo ordenamento social: aquele que vai de encontro aos interesses da classe que domina.<sup>11</sup>

Desta perspectiva teórica, a *crítica* é o caminho para a elucidação do compromisso que estrutura o conhecimento. Não a crítica entendida como simples recusa a uma modalidade de conhecimento em nome de outra; o objetivo da crítica é, ao contrário, “situar o conhecimento, ir à sua raiz, definir os seus compromissos sociais e históricos, localizar a perspectiva que o construiu, descobrir a maneira de pensar e interpretar a vida social [e o homem] da classe que apresenta esse conhecimento como universal.”<sup>12</sup> Trata-se de uma concepção de crítica na qual não se pode abrir mão da perspectiva histórica – ir à raiz do conhecimento, localizar a perspectiva que o construiu; sem ela, não se pode ultrapassar, mas somente recusar conceitos, sistemas de conhecimento e métodos, não se pode descobrir toda a amplitude do que neles comparece de modo limitado. Gramsci diz a mesma coisa de uma outra maneira, igualmente esclarecedora: “o início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um ‘conhece-te a ti mesmo’ como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem o benefício do inventário. Deve-se fazer inicialmente este inventário.”<sup>13</sup>

Desnecessário dizer, há que se considerar as críticas às simplificações das teses de Marx presentes no que se convencionou chamar “marxismo vulgar”, do qual faz parte o economicismo, segundo o qual existiria uma relação linear e hierárquica entre a estrutura econômica e a produção intelectual. Mas quando se trata de pensar a história, é importante enfatizar a contribuição trazida pelo marxismo como escola que

se contrapõe a uma historiografia de extração positivista que parte de idéias recebidas de um pensamento científico trivial. Voltemos a Hobsbawm: mimetizando a metodologia das ciências naturais, os historiadores aderidos a essa corrente de pensamento do século XIX escreviam a história da política, da guerra e da diplomacia (dos reis, das batalhas e dos tratados) a partir dos seguintes pressupostos: as hipóteses nascem automaticamente do estudo dos “fatos”; explicar é estabelecer uma cadeia de causas e efeitos; os conceitos de determinismo e evolução, nos moldes da biologia e da geologia, são centrais nas ciências naturais e humanas. Tudo isso fazia da história uma disciplina retrógrada.<sup>14</sup>

É verdade que a apropriação do pensamento de Marx, inclusive por alguns historiadores, muitas vezes reduziu-o a algumas poucas idéias simples, apropriação essa em parte favorecida por passagens dos escritos do autor de *O capital*, o qual não escapou da influência do evolucionismo que marcou a sua época. Essas simplificações são basicamente três: uma relação unilinear entre a base econômica e a superestrutura; a redução da história à luta de classes; a inevitabilidade histórica de uma sucessão de formações socioeconômicas, da qual o contingente e o indivíduo ficaram excluídos. A crítica ao marxismo vulgar procede e foi realizada muitas vezes pelos herdeiros de Marx<sup>15</sup>. No entanto, descartar por isso a contribuição do materialismo histórico à historiografia seria “jogar a criança com a água do banho”, pois a historiografia beneficiou-se até mesmo do marxismo vulgar: as quatro concepções que o constituem funcionaram, segundo Hobsbawm, como verdadeiras “cargas concentradas de explosivo intelectual”, que detonaram

os alicerces da história tradicional, e assim ajudaram a “iluminar lugares até então escuros”. Além disso, há a própria contribuição do marxismo não-vulgar (e de seus desdobramentos ou revisões) à historiografia: ter feito a crítica da história escrita a partir da assimilação das ciências sociais às ciências naturais ou de assimilar o humano ao não-humano, que veio no bojo do positivismo; ter posto em evidência a dimensão material das sociedades humanas, propondo a crítica de uma historiografia em bases abstratas e possibilitando escrever a história em bases concretas; trouxe para o centro do processo histórico as tensões ou contradições presentes no interior de toda sociedade (das quais o conflito de classes é só um caso e as cisões no interior das classes dominantes é apenas um outro), as quais, concebidas como o próprio motor das mudanças, fazem das sociedades lugares de forças simultâneas de estabilização e de desestabilização, em vez de lugares de meras flutuações cíclicas trazidas por crises ou disfunções dos organismos sociais, que devem voltar, por efeito de medidas corretoras, ao estado anterior de equilíbrio ou harmonia social.

Se o estudo do passado é imprescindível à compreensão do presente e se esta compreensão, por sua vez, não pode ser recusada se quisermos de algum modo intervir na construção do futuro, escreve-se história não para perfilar cronologicamente, a partir de uma concepção naturalista-evolutiva de história, nomes, fatos e datas, tendo em vista celebrar grandes homens ou a grande ciência que ajudaram a construir, mas para entender o presente e refletir sobre o futuro, no marco do inevitável engajamento da ciência<sup>16</sup>, de seu compromisso ético<sup>17</sup>. Segundo Hobsbawm, “a história é unidade de passado,



presente e futuro”<sup>18</sup> Só se pode dizer algo a respeito do futuro (não no sentido de prevê-lo, mas de explicitar os problemas que teremos de resolver para que os homens possam participar conscientemente, mesmo que sempre de modo limitado, da orientação de seu rumo<sup>19</sup>) quando se volta para o passado em busca da compreensão (sempre crítica) do presente.

Ora, se escrever história é ir em busca das raízes do presente, inclusive da historicidade de idéias científicas, não cabe, nessa perspectiva teórica, qualquer temor de que, ao nos dedicarmos à história da psicologia, descuremos da prática profissional no presente, pois é exatamente a reflexão sobre essa prática e sobre as teorias que a informam que move a busca das raízes históricas dessa ciência. Ir à raiz de conceitos, sistemas de conhecimento e métodos da psicologia significa esquadrinhar (criticamente) as teorias e práticas atuais dos psicólogos e alertá-los do aprisionamento da especialização; das determinações políticas da racionalidade que preside os seus pensares e fazeres; de sua dimensão histórica; da amnésia da gênese que os assola; de suas concepções naturalizadas de homem e de sociedade; de sua ação feita de esquecimentos; da “instrumentação desmemoriada da ciência”<sup>20</sup> - tudo isso para pensar os compromissos que a engendram, dos quais ela tem se mostrado insciente. Escrever a história da psicologia é, assim, uma atitude política, é comprometer-se com a dimensão ética dessa ciência e profissão.



### 3. Algumas questões específicas

Nesta segunda parte, quero levantar três questões, todas elas direta ou indiretamente relacionadas, que têm chamado a minha atenção na feitura desse projeto de contribuição à escrita da história da psicologia no Brasil. Detendo-me na história da ação por ela informada junto à população infantil, sobretudo no sistema escolar: 1. a da singularidade de momentos sucessivos ou simultâneos da história, que traz a questão complementar da validade de apropriações de análises realizadas em outro tempo e/ou espaço; 2. a das fontes documentais e bibliográficas, com especial atenção ao problema de sua leitura; 3. a dos limites temporais dentro dos quais a pesquisa se dará, ou seja, até onde retroceder em busca de elementos que permitam desenhar a constituição histórica das práticas discursivas em foco.

A primeira destas questões se configurou no interior da pesquisa bibliográfica que fiz a partir de uma pergunta inicial: o que dizem as pesquisas já realizadas sobre a origem, no Brasil, da psicologia como instrumento político? Essa revisão nos põe diante de uma prática problemática: interpretações de momentos da história brasileira pelo transplante *tout cours* de resultados de pesquisas realizadas em outro momento e lugar. Este é o caso, por exemplo, de uma leitura do Segundo Império nos mesmos termos em que Foucault leu o momento da história européia na virada do século XVIII.<sup>21</sup> A história crítica já escrita da sociedade brasileira não nos autoriza a situar o respeito às liberdades individuais e o disciplinamento pela norma no centro de uma realidade social incivil, escravocrata,

regida por relações simples e imediatas de poder que dispensavam ideologia, senso estrito, como era a realidade brasileira de então. A mesma crítica vale, *mutatis mutandis*, para o transplante integral de análises das sociedades européias das revoluções industrial e política burguesas ou da Alemanha entre-guerras para a realidade brasileira: a singularidade do país empresta à recepção de teorias científicas e de ideários políticos “cor local”, que é a própria matéria com a qual o historiador trabalha. Os princípios liberais em chão brasileiro assumem características próprias, razão pela qual não se pode falar em liberalismo aqui sem atenção a essa singularidade; a teoria psicanalítica ou o ideário da Escola Nova na República Oligárquica estão contaminados pelos fantasmas que rondam as classes dominantes locais, pelo acento autoritário da cultura dominante, na qual ressalta a presença das teorias raciais, e assim por diante. Estamos no centro da questão da apropriação de idéias estrangeiras, das distorções e dos novos significados que lhes são impressos e que só podem ser percebidos se considerarmos que a história das idéias e das práticas sociais que norteiam faz parte da história do país onde se dão, motivo pelo qual escrever a história da psicologia no Brasil é contribuir para a própria historiografia do Brasil. Noutras palavras, não se pode escrever a história da psicologia no Brasil sem atenção à história do país; a historiografia da psicologia brasileira se vale de sua história já escrita pelos historiadores não como pano de fundo, mas sim para ampliá-la e aprofundá-la, como parte dela que é.<sup>22</sup> Sem isso, ficamos no plano dos inventários ou levantamentos exaustivos de nomes, datas e fatos, os quais, embora importantes para a escritura de uma história da psicologia, ainda não são um verdadeiro trabalho

historiográfico, que é sempre interpretativo. O que estou querendo enfatizar é que o que acontece aqui não é o que acontece lá e o que acontece hoje não é o que aconteceu ontem, aqui ou lá. Trata-se, nada mais nada menos, do que de um dos principais desafios com que a escritura da história se defronta: o reconhecimento de semelhanças e, entre o passado e o presente, sempre atento à diferença de circunstâncias<sup>23</sup>, não só entre tempos sucessivos da história de um mesmo lugar, mas também entre tempos simultâneos de diferentes lugares.

A questão da quantidade/qualidade das fontes também pede reflexão. Pode-se optar pelo levantamento o mais exaustivo possível delas, em detrimento inevitável da profundidade da análise. Pode-se optar pela busca de fontes mais representativas, tomando-se como critério de representatividade informações contidas em fontes bibliográficas que já tenham se dedicado ao inventário ou mesmo à historiografia crítica das idéias no período em foco. Em se tratando de escrever a história da psicologia do ângulo de sua presença na educação escolar, já contamos com guias seguros oferecidos por histórias positivistas da psicologia, por histórias críticas da educação e das ideologias na cultura brasileira e por obras significativas de história do Brasil que trazem subsídios à escolha das fontes. O texto de uma lei; um artigo num jornal operário; um artigo ou um livro de um educador influente; uma carta de uma autoridade educacional; um número de um periódico de um laboratório de psicologia; os estatutos de uma instituição que congrega profissionais voltados para as coisas da educação escolar; um laudo psicológico transcrito num rodapé de um relatório de atividades desenvolvidas por uma clínica escolar podem ser mais

decisivos na resposta à questão sobre a natureza da psicologia que comparece nas teorias pedagógicas e nas práticas escolares hegemônicas do que qualquer rol extenso das publicações mais conhecidas ou da legislação no período que se quer estudar.

De outro lado, todo o cuidado é pouco quando se trata de interpretar as fontes, pois corre-se permanentemente o risco de condená-las por não conterem o que não poderiam conter. Colocar-se em um ponto de vista crítico, diz Gramsci, não é instaurar um processo contra posições e razões com as quais não concordamos, processo no qual, como promotores, devemos demonstrar que o réu é culpado; criticá-las é compreendê-las e valorizá-las com realismo, isto é, sem a venda do fanatismo ideológico que impede a análise contextual<sup>24</sup>. Valem a esse respeito as recomendações de Granger ao leitor de filosofia: é preciso, em primeiro lugar, ler o texto levando a sério o encadeamento de suas razões, acompanhando os seus passos. Essa conversação com idéias do passado, esse “ideal de compreensão escrupulosa, mesmo quando suscitam em nós espantos e reticências”, é o primeiro e principal exercício em que consistem as humanidades. O que não significa, ele ressalva, ignorar a necessidade de outra espécie de leitura: “uma vez assegurado o esforço de compreensão leal, pode e deve desenvolver-se livremente uma reflexão que discuta o texto para relacioná-lo, de um lado, com as circunstâncias históricas que lhe infundem sua relatividade e, de outro, aos temas atuais dos problemas que ele coloca”. Primeiro, propor-se a compreender texto e autor e seu tempo; em seguida, texto e autor e o nosso tempo.<sup>25</sup> Sem esse cuidado, corremos o perigo de execuções su-

márias em série, sem o exame detido que a crítica como superação requer.

A terceira questão levantada - até onde retroceder à procura das raízes das práticas estudadas - remete ao problema da continuidade-ruptura, da semelhança-dessemelhança no processo histórico, dos diferentes significados que práticas discursivas aparentemente as mesmas podem adquirir em novas conjunturas do mesmo bloco histórico ou em diferentes estruturas de um mesmo grande período estabelecido pela história. Vou dar um exemplo: a busca das raízes conceituais de uma das faces liberais do pensamento pedagógico - a escola nova -, que marcou presença no cenário educacional do primeiro período republicano brasileiro, envia às grandes doutrinas pedagógicas do século XIX (Froebel, Pestalozzi, Herbart), que por sua vez convida a examinar as idéias de Rousseau no século XVIII e de Comenius no século XVII, geralmente tido na história da educação como "precursor" do pensamento pedagógico moderno. E aqui está a questão: estaremos diante de uma linha contínua quando passamos do começo do século XX brasileiro para os séculos XIX e XVIII europeus e destes para a Morávia do século XVII? Historiadores críticos nos dizem que não, que só poderemos entender as origens e o sentido das reformas pedagógicas dos anos vinte no Brasil se ficarmos atentos tanto às dessemelhanças econômicas, sociais e culturais que atravessam esse longo período da história ocidental moderna e contemporânea como à singularidade do caso brasileiro. O próprio liberalismo mostra várias faces nesses três séculos de história, daí a propriedade de se falar em liberaisismos, até mesmo em se tratando do Brasil.



É no âmbito dessas questões que a pesquisa do lugar que a psicologia ocupou junto à pedagogia e que ambas ocuparam no cenário político de um período da história brasileira pode tornar-se mais minuciosa (o aprofundamento da análise histórica é a própria essência da crítica) e deixar de ser mera exaltação desse ou daquele pioneiro ou “precursor”. Desnecessário dizer a esta altura que tudo isso converge para a afirmação da importância da história no currículo de formação de psicólogos, se os quisermos profissionais críticos da ciência que praticam hoje, e da historiografia para psicólogos que se dedicam à história da psicologia.

## Notas

- <sup>1</sup> Versão ampliada do texto apresentado no I Seminário de Historiografia da psicologia, realizado em setembro de 1999 no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- <sup>2</sup> Hobsbawm, E. *A era do capital (1848-1875)*. 2ª ed.. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979; Hobsbawm, E. *A era dos impérios (1875-1914)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- <sup>3</sup> Patto, M.H.. *Psicologia e ideologia*. Uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo, T. A. Queiroz, 1984.
- <sup>4</sup> Patto M.H.S. *A produção do fracasso escolar. Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1990.
- <sup>5</sup> Resultados parcialmente publicados: veja Patto, M.H.S. “Teoremas e cataplasmas no Brasil monárquico”. *Novos Estudos (CEBRAP)*, n. 44, março de 1996, p. 180-199; Patto, M.H.S. “Ciência e política na Primeira República: origens da psicologia escolar”. In: Jacó-Vilela, A. M., Jabur, F. e Rodrigues, H. B.C. (orgs.), *Clio-Psyché: histórias da psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro, UERJ, NAPE, 1999, p. 317-349; Patto, M.H.S. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. *Estudos Avançados* (revista do Instituto de Estudos Avançados da USP), 13(35), janeiro-abril de 1999, p. 167-198.
- <sup>6</sup> Martins, J. de S. “Introdução”. In Foracchi, M.M. e Martins, J. de S. (orgs.) *Sociologia e Sociedade. Leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 4.



- 7 Nunca é demais lembrar a passagem-chave da concepção marxista das idéias: “a produção de idéias, de representações e da consciência está em primeiro lugar direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens. (...) As representações, o pensamento, o comércio intelectual dos homens surgem como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo acontece com a produção intelectual, quando esta se apresenta na linguagem das leis, política, moral, religião, metafísica, etc., de um povo. São os homens que produzem as suas representações, as suas idéias, etc., mas homens reais, atuantes e tais como foram condicionados por um determinado desenvolvimento das forças produtivas e do modo de relações que lhe corresponde. (...) E se em toda ideologia os homens e suas relações nos surgem invertidos, tal como acontece numa *câmara escura*, isto é apenas o resultado do seu processo de vida histórico, do mesmo modo que a imagem invertida dos objetos que se forma na retina é uma consequência do seu processo de vida diretamente físico.” Marx, K. *A ideologia alemã*, Lisboa, Editorial Presença, s.d., vol. 1, p. 25-6.
- 8 Chauí, M. *O que é ideologia*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 10-11.
- 9 Chauí, M. *Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1981, p.21.
- 10 *idem*, p. 22.
- 11 Gramsci, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984 (5ª ed.); *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- 12 Martins, J. de S. *op. cit.*, p. 2.
- 13 Gramsci, A. *Concepção dialética da história*, p. 12.
- 14 Hobsbawm, E. “O que os historiadores devem a Karl Marx”. In: *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 156.
- 15 Quanto à relação entre a base econômica e a superestrutura cultural (aspecto central à tarefa de escrever a história das idéias), Hobsbawm aponta que, ao dedicar-se à discussão da base e deixar a discussão do nível superestrutural apenas esboçada, Marx contribuiu para esta leitura que Gramsci tentou corrigir, deshierarquizando estas instâncias ao subsumi-las ao conceito de “bloco histórico”, totalidade concreta na qual ambas se inserem dialeticamente; “há reciprocidade entre estrutura e superestrutura, reciprocidade que é precisamente o processo dialético real”, diz Gramsci em *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984 (5ª ed.), p. 53. O próprio Hobsbawm contribuiu para a revisão da leitura etapista da concepção marxista de

- história quando ressalta: "o historiador não pode prever o futuro, dada a instabilidade e a imprevisibilidade das relações sociais." (O sentido do passado In: *Sobre História*, p. 31).
- <sup>16</sup> Sobre os modalidades de engajamento da ciência, veja Hobsbawm, E. Engajamento. In: *Sobre História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 138-154.
- <sup>17</sup> Estou me referindo aqui ao conceito helleriano de positividade e negatividade dos valores. In Heller, A. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro, Vozes, 1972.
- <sup>18</sup> Hobsbawm, E. O sentido do passado. In: *Sobre História*, p. 35.
- <sup>19</sup> *idem*, p. 47.
- <sup>20</sup> Horkheimer, M. e Adorno, T.W. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1986 (2ª ed.), p. 12.
- <sup>21</sup> Não se trata, evidentemente, de negar a contribuição da maneira foucaultiana de escrever a história, mas de problematizar a transposição do que ele detectou num período específico da história da Europa para um período tão diferente da história do Brasil.
- <sup>22</sup> Devo estas considerações sobre História da psicologia e História do Brasil a assinalamentos da historiadora Judith Zuquim (comunicação pessoal, em reuniões do GEHPAI).
- <sup>23</sup> Hobsbawm, E. O sentido do passado. In: *Sobre História*, p. 22-35.
- <sup>24</sup> Gramsci, A. *Concepção dialética de História*, p. 31.
- <sup>25</sup> Granger, G.-G. Introdução a *Descartes*. São Paulo, Abril Cultural, 1983, p. 6. [Os Pensadores].

*Maria Helena Souza Patto é docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.*